

Maio 2026

Nota de Investigação Especial

# 40 ANOS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA DE PORTUGAL

Nuno Bento (coordenação)

Sérgio Lagoa

Paulo Marques

Sandra Marques Pereira

Fátima Suleman

dinamia  
'cet \_iscte

iscte INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

fct Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

---

Nota de Investigação Especial

# 40 ANOS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA DE PORTUGAL

## Ficha Técnica

---

Data: 7 de maio de 2026

Tipo: Nota de Investigação Especial n.º 1

Entidade: DINÂMIA'CET-Iscte

Aviso legal: Aplica-se a este trabalho a ressalva habitual da investigação científica: o seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não vincula as instituições a que se encontram associados.

Citação: Bento N. (coord.), Lagoa S., Marques P., Pereira S.M., Suleman F. (2026), 40 Anos de Integração Europeia de Portugal, Nota de Investigação Especial, DINÂMIA'CET-Iscte, 7 de maio de 2026, Lisboa, 22 p.

Agradecimentos: Os autores agradecem os comentários de Ricardo Paes Mamede, Paulo Tormenta e Joana Lages, a partilha de dados do Observatório do Emprego Jovem e do LxHabidata, e o apoio logístico do DINÂMIA'CET-Iscte.

---

## Resumo Executivo

Esta nota analisa a evolução de Portugal ao longo de quatro décadas de integração europeia com o objetivo de perceber em que dimensões Portugal convergiu no nível de vida e em que dimensões entra nos próximos 40 anos com fragilidades estruturais, num contexto marcado por transições demográficas, urbanas, tecnológicas e climáticas, e por crescente incerteza geopolítica internacional. As principais conclusões são as seguintes:

. **Portugal convergiu parcialmente no nível de vida, mas de forma incompleta.**

Entre 1995 e 2024, o rendimento mediano disponível aumentou **50%**, mas passou apenas de 64% para 69% da mediana europeia, mantendo-se ainda cerca de **um terço abaixo** desta referência.

. **A base demográfica deteriorou-se claramente.** A idade mediana subiu de **31,4 para 47,3 anos** e o rácio de dependência dos idosos de 18,2% para 38,6%, colocando Portugal entre os países mais envelhecidos da UE-27.

. **A estrutura da despesa aproximou-se da europeia, mas com menor margem material para as famílias.** O peso conjunto de alimentação, habitação/energia e transportes manteve-se quase estável, 46,2% para 46,7%, mas a habitação/energia subiu de 12,8% para 17,3% da despesa total.

. **O principal problema do trabalho é qualitativo, não apenas quantitativo.** Em 2024, os contratos temporários representavam 16,0% do emprego total e **53,3%** do emprego dos jovens 15-24 anos, mantendo Portugal acima dos padrões europeus de precariedade contratual.

. **Na habitação, a média esconde desigualdades profundas.** A taxa geral de sobrecarga subiu para **6,9%** nos últimos 20 anos, mas atinge cerca de **26%** entre os baixos rendimentos e de **30%** entre os arrendatários, concentrando-se sobretudo nos principais espaços urbanos.

. **Na energia e no ambiente, Portugal combina capacidade estrutural com vulnerabilidade social persistente.** A quota de renováveis subiu de **9,3% para 36,3%** entre 1985 e 2024, enquanto a pobreza energética desceu de **36,3% para 15,6%**. Ainda assim, as fragilidades estruturais persistem, com a parte da população a viver em alojamentos com problemas de infiltrações/humidades a subir de **28% para 32%** desde 2015.

. **O principal desafio para as próximas décadas não é apenas continuar a convergir em rendimento.** É inverter a deterioração da posição relativa do país em dimensões centrais das condições de vida, nomeadamente demografia, qualidade do emprego, habitação e capacidade material das famílias.

---

---

# Índice

|  |    |
|--|----|
| Resumo - Abstract.....   | 1  |
| Introdução .....   | 2  |
| Parte I. Convergência material e capacidade social de base ..... | 4  |
| 1.1 Demografia e Emprego .....                                   | 4  |
| 1.2 Rendimento.....  | 6  |
| 1.3 Despesa .....  | 8  |
| Parte II. Pressões setoriais que influenciam o futuro .....      | 11 |
| 2.1 Trabalho.....  | 11 |
| 2.2 Habitação .....  | 13 |
| 2.3 Energia e Ambiente.....                                      | 15 |
| Conclusão: Inverter a deterioração da posição relativa .....     | 19 |
| Fontes e referências principais.....                             | 22 |

---



## Resumo - Abstract

Esta nota de investigação analisa a evolução de Portugal ao longo de quatro décadas de integração europeia em dois planos: o progresso absoluto do país e a sua posição relativa face à Europa. Mostra-se que Portugal convergiu em algumas dimensões centrais do nível de vida, nomeadamente no rendimento e em certos indicadores materiais, mas divergiu ou fragilizou-se em áreas decisivas para o bem-estar, como a demografia, a qualidade do emprego e a habitação. A transição energética constitui uma oportunidade estrutural, mas o seu impacto social será limitado se não for acompanhado por melhorias nas condições materiais de vida e na capacidade económica das famílias. Este trabalho ajuda a informar o debate sobre alguns dos principais desafios que o país enfrenta nas próximas quatro décadas, nomeadamente o de inverter a deterioração da sua posição relativa em indicadores socioeconómicos centrais.

*This research note analyses Portugal's trajectory over four decades of European integration along two complementary dimensions: the country's absolute progress and its relative position within Europe. It shows that Portugal converged in some central dimensions of living standards, notably income and certain material indicators, but diverged or became more fragile in areas that are decisive for well-being, such as demography, job quality and housing. The energy transition represents a structural opportunity, but its social impact will remain limited unless it is accompanied by improvements in material living conditions and in households' economic capacity. This study helps inform the debate on some of the main challenges Portugal will face over the next four decades, namely the need to reverse the deterioration of its relative position in key socioeconomic indicators.*

## Introdução

*Em que dimensões Portugal convergiu com a Europa e em que dimensões entra nos próximos 40 anos em posição frágil?*

Num momento em que o país se encontra no cruzamento de várias transições, demográfica, urbana, digital e ecológica, e num contexto marcado por crescentes incertezas geopolíticas, importa fazer um balanço destas quatro décadas de integração europeia e avaliar as bases socioeconómicas em que assenta o desenvolvimento do país nas próximas décadas.

Esta nota de investigação analisa a evolução de Portugal em dois planos complementares. Em primeiro lugar, procura avaliar o progresso do país ao longo das últimas quatro décadas, de modo a perceber até que ponto a integração europeia permitiu superar fragilidades de partida ou, pelo contrário, reproduziu condicionamentos estruturais. Em segundo lugar, examina o grau de convergência socioeconómica com a Europa, comparando a posição de Portugal com a mediana dos países comunitários ao longo dos sucessivos alargamentos da integração europeia.

A articulação destes dois planos permite identificar as dimensões em que Portugal convergiu, divergiu ou entrou em fragilidade relativa face ao conjunto europeu. Para isso, o texto observa uma série de indicadores centrais da transformação socioeconómica, comparando tanto a evolução interna do país como a sua posição relativa no contexto europeu, tendo em conta a alteração do universo de comparação e as limitações de disponibilidade estatística em cada caso (Quadro 1).

O documento organiza-se em duas partes. A primeira analisa a convergência material e a capacidade social de base do país, a partir da evolução da estrutura demográfica, económica e social. A segunda examina pressões setoriais que influenciam o futuro, com foco no trabalho, habitação, ambiente e energia, áreas em que o DINÂMIA'CET-Iscte tem desenvolvido investigação relevante.

O objetivo é obter uma imagem aproximada, mas empiricamente fundamentada, do progresso de Portugal ao longo dos últimos 40 anos. Apesar das limitações inerentes à seleção restrita de indicadores e à impossibilidade de ponderar o seu peso relativo, a nota procura lançar bases para um debate informado sobre os principais desafios que o país enfrenta nas próximas quatro décadas.

**Quadro 1 - Nota metodológica**

A análise combina dois planos. Por um lado, compara a evolução de Portugal entre um ano-base e o ano mais recente disponível em cada indicador, de modo a captar o progresso absoluto. Por outro, compara a posição relativa do país face ao conjunto europeu, permitindo avaliar convergência ou divergência ao longo do tempo. Sempre que não existam séries harmonizadas para 1985, utiliza-se o primeiro ano comparável disponível, o que é explicitado em cada caso.

O universo europeu de comparação varia em função do período e da disponibilidade estatística. Para os anos 80 e 90, a referência corresponde ao espaço comunitário de então, ou ao agregado europeu reconstruído mais próximo possível; para os anos mais recentes, a comparação é feita com a UE-27. Por isso, a leitura dos resultados deve ter em conta que a posição relativa de Portugal é influenciada não só pela sua evolução interna, mas também pelas alterações no conjunto de países com que é comparado: UE-12 (1986), UE-15 (1995), UE-25 (2004), UE-27 (2007), UE-28 (2013), UE-27 (2020).

A posição relativa de Portugal é lida através da distância à mediana europeia e do percentil que ocupa na distribuição dos países. A mediana é usada como referência central por ser menos sensível a valores extremos e refletir melhor a posição intermédia do conjunto europeu. Os percentis e quartis são apresentados de forma harmonizada, de modo que valores mais baixos correspondam, em regra, a posições relativamente mais favoráveis e valores mais altos a posições relativamente menos favoráveis.

## Parte I.

# Convergência material e capacidade social de base

A questão central desta parte é saber se Portugal convergiu de facto no nível de vida, ou se a melhoria observada foi em parte anulada por fragilidades estruturais que hoje limitam o bem-estar e condicionam o futuro. O ponto não é apenas saber se o rendimento aumentou ou se o padrão de consumo se diversificou, mas perceber até que ponto esse progresso resistiu ao envelhecimento da população, à rigidez crescente de despesas essenciais e à redução da margem material das famílias. Para isso, a análise organiza-se em três blocos principais: demografia e emprego, rendimento, e estrutura da despesa.

### 1.1 Demografia e Emprego

Nas últimas quatro décadas, uma das transformações mais marcantes da sociedade portuguesa foi o envelhecimento demográfico. Em 1985, Portugal apresentava uma estrutura etária mais jovem do que a mediana europeia. Em 2025, surge entre os países mais envelhecidos da UE-27. A idade mediana passou de 31,4 para 47,3 anos, enquanto o rácio de dependência dos idosos subiu de 18,2% para 38,6%, acima da mediana europeia em ambos os indicadores no final do período (Tabela 1 e Gráfico 1). A trajetória portuguesa foi, portanto, mais intensa do que a europeia, traduzindo uma rápida inversão da posição relativa do país.

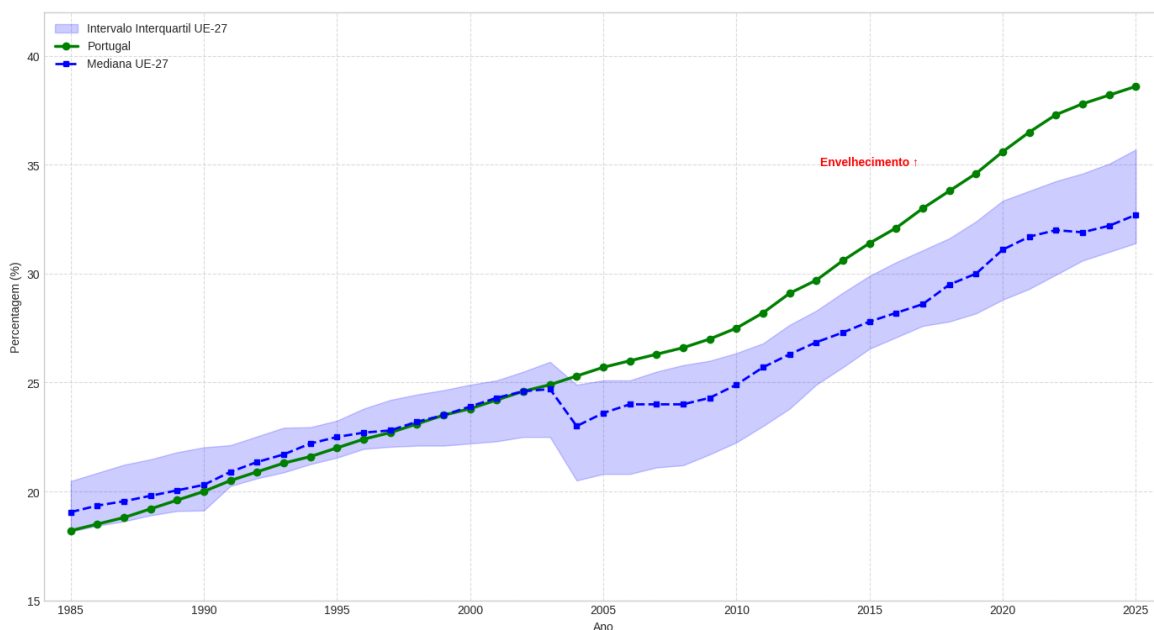
Esta evolução resulta sobretudo da persistência de baixa natalidade, do aumento da esperança de vida e de longos períodos de saldo migratório negativo, em particular durante a crise iniciada em 2008.<sup>1</sup> Nos anos mais recentes, a inversão dos saldos migratórios ajudou a atenuar este processo, mas não alterou a tendência de fundo. O envelhecimento tornou-se, assim, uma condicionante estrutural da capacidade produtiva e da sustentabilidade social do país.

---

<sup>1</sup> Fonte: INE/Pordata, saldo migratório anual. Entre 2012 e 2014, Portugal registou saldos migratórios negativos significativos. A partir de 2017, os saldos tornaram-se positivos, atenuando parcialmente a pressão demográfica.

Em contrapartida, o mercado de trabalho revelou uma capacidade assinalável de absorção de população ativa. A taxa de emprego dos 15 aos 64 anos subiu de 62,6% em 1985 para 73,9% em 2025, mantendo Portugal acima da mediana europeia. Também a taxa de atividade permaneceu em níveis elevados ao longo do período, primeiro em comparação com a UE-15 e depois com a UE-27 (Tabela 2). Esta evolução atenuou parcialmente os efeitos do envelhecimento sobre a base laboral.

Uma parte importante desta resistência resulta do forte aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Entre 2009 e 2025, a taxa de atividade feminina em Portugal passou de 65,5% para 76,7%, acima da mediana da UE-27 e com crescimento superior ao registado no conjunto europeu (Tabela 3). As migrações também tiveram um papel relevante, primeiro através da emigração de jovens adultos durante a crise, depois através da entrada de população imigrante em idade ativa na fase de retoma. Ainda assim, a melhoria do emprego e da atividade não anula o dado central desta secção: Portugal entra nos próximos 40 anos com uma estrutura demográfica significativamente mais pressionada do que a da Europa.



**Gráfico 1.** Rácio de dependência dos idosos (65+ / 15-64), Portugal e distribuição europeia, 1985-2025. Nota: a distribuição europeia é representada pela mediana e pelo intervalo interquartil (IIQ=Q3-Q1, agrupando 50% das observações centrais) dos países comunitários relevantes em cada momento. Cálculos próprios. Fonte: Eurostat (2026) [demo\_pjanind].

**Tabela 1.** Indicadores demográficos e taxa de emprego, Portugal e mediana europeia

|  | Portugal |      |             | UE-12 UE-27 |      |             |
|--|----------|------|-------------|-------------|------|-------------|
|  | 1985     | 2025 | $\Delta$ pp | 1985        | 2025 | $\Delta$ pp |
| Rácio de dependência de idosos (65+/15-64) - % | 18,2     | 38,6 | 20,4        | 19,1        | 32,7 | 13,7        |
| Idade mediana (anos)                           | 31,4     | 47,3 | 15,9        | 35,2        | 43,8 | 8,6         |
| Taxa de emprego (15-64 anos) - %               | 62,6     | 73,9 | 11,3        | 63,3        | 72,9 | 9,6         |

Nota: Na comparação europeia é usada a mediana dos países comunitários relevantes em cada momento.

Fonte: Eurostat, demo\_pjanind e lfsi\_emp\_a; Pordata/INE; cálculos próprios.

**Tabela 2.** Taxa de atividade (15-64 anos), Portugal e UE-15, 1985 e 2009

|          | 1985 | 2009 | $\Delta$ pp |
|----------|------|------|-------------|
| UE-15    | 65,5 | 73,4 | 7,9         |
| Portugal | 67,8 | 73,4 | 5,6         |

Nota: Na comparação europeia é usada a mediana da UE-15.

Fonte: International Labour Organization, Statistics on the population and labour force; cálculos próprios.

**Tabela 3.** Taxa de atividade total e feminina (15-64 anos), Portugal e UE-27, 2009 e 2025

|          | Taxa de atividade total |      |             | Taxa de atividade feminina |      |             |
|----------|-------------------------|------|-------------|----------------------------|------|-------------|
|          | 2009                    | 2025 | $\Delta$ pp | 2009                       | 2025 | $\Delta$ pp |
| UE-27    | 70,9                    | 78,0 | 7,1         | 65,2                       | 74,4 | 9,2         |
| Portugal | 71,1                    | 78,8 | 7,7         | 65,5                       | 76,7 | 11,2        |

Nota: Na comparação europeia é usada a mediana da UE-27.

Fonte: Eurostat, teprs\_wc160; cálculos próprios.

## 1.2 Rendimento

O rendimento disponível mediano permite medir de forma mais robusta o nível de vida da maioria da população, por ser menos sensível a valores extremos e à concentração do rendimento do que a média. Entre 1995 e 2024, o rendimento mediano disponível em Portugal, expresso em paridades de poder de compra e preços constantes de 2024, passou de 9 605 para 14 446, o que corresponde a um aumento de cerca de 50%. No mesmo período, a mediana europeia passou de 15 003 para 20 804, pelo que Portugal aproximou-se da referência europeia, subindo de 64% para 69% da mediana da UE (Tabela 4).

Esta convergência, embora real, foi limitada. A posição relativa de Portugal melhorou ao longo das primeiras duas décadas da série, beneficiando também da alteração do universo europeu de comparação, mas perdeu dinamismo a partir de meados da década de 2010 (Gráfico 2). Desde então, o crescimento do rendimento mediano em Portugal passou a acompanhar com menor intensidade a evolução da mediana europeia, e a divergência tornou-se mais visível desde a pandemia.

A melhoria do rendimento teve efeitos importantes na redução da pobreza e da desigualdade. A taxa de pobreza (medida pela parte da população que vive com menos de 60% do rendimento mediano disponível) desceu de cerca de 24% em meados dos anos 90<sup>2</sup> para 15,4% em 2024<sup>3</sup>, enquanto o índice de Gini recuou de 37% para 31% entre 1994 e 2024, representando um avanço importante.<sup>4</sup> Ainda assim, as fragilidades sociais mantêm-se significativas. Em 2024, a taxa de privação material e social abrangia cerca de 18% da população, e a taxa de pobreza aproximar-se-ia de 40% sem transferências sociais, incluindo pensões.<sup>5</sup> O rendimento mediano português aproximou-se, portanto, da mediana europeia, mas continua cerca de um terço abaixo dela e a convergência perdeu força precisamente na última década.

**Tabela 4.** Rendimento disponível mediano das famílias em paridades de poder de compra, preços constantes de 2024

|                 | 1995    | 2024   | Variação (%/pp) |
|-----------------|---------|--------|-----------------|
| Portugal        | 9 605   | 14 446 | 50%             |
| Mediana UE-27   | 15 003* | 20 804 | 39%             |
| % da mediana UE | 64%     | 69%    | 5 pp            |

Nota: A comparação europeia usa a mediana da UE-15 em 1995 e da UE-27 em 2024, em função da disponibilidade e do universo comunitário de referência. Valores expressos em PPC e deflacionados para preços constantes de 2024.

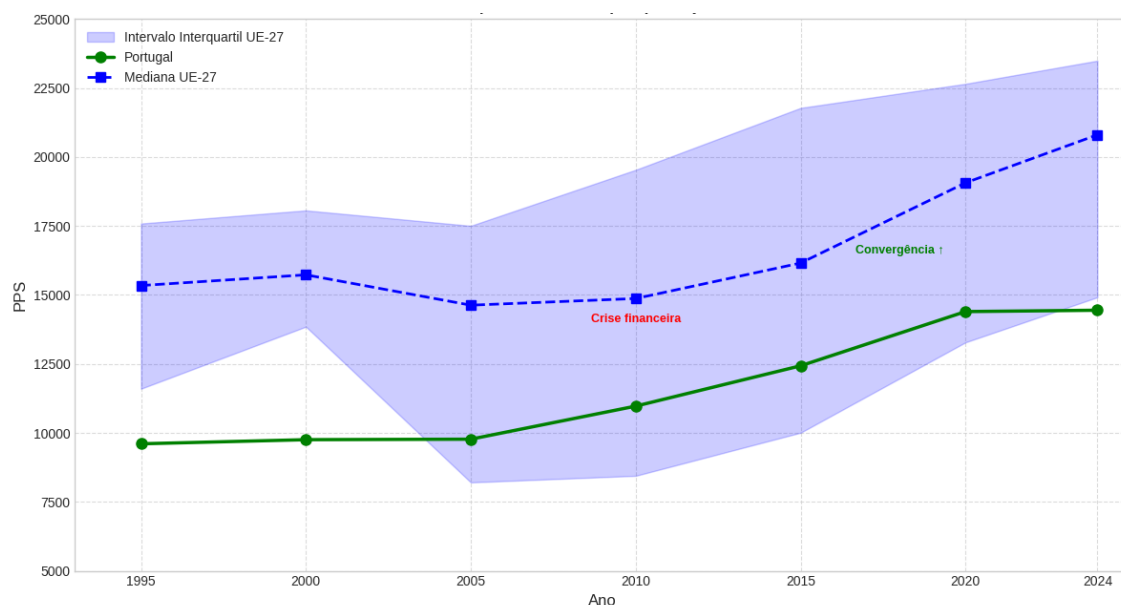
Fonte: Eurostat, ilc\_di03; cálculos próprios.

<sup>2</sup> Rodrigues, C. F. (1999). "Repartição do Rendimento e Pobreza em Portugal [1994/95]-Uma Comparação entre o Painel de Agregados Familiares e o Inquérito aos Orçamentos Familiares." *Revista de Estatística*, 10, 117-142.

<sup>3</sup> INE (2025), "15,4% em risco de pobreza em 2024, menos 1,2 pontos percentuais do que em 2023 – 2025", 11/12/2025, [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUES\\_dest\\_boui=707495469&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUES_dest_boui=707495469&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt) (último acesso 28/04/2026).

<sup>4</sup> Fonte: INE/Eurostat, EU-SILC e séries harmonizadas sobre distribuição do rendimento, pobreza monetária, índice de Gini e privação material e social. Cálculos próprios.

<sup>5</sup> Rodrigues F. (2025). "A pobreza e a desigualdade estão a diminuir?," Fundação Francisco Manuel dos Santos, <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/pobreza-e-desigualdade-estao-diminuir> (último acesso 28/04/2026).



**Gráfico 2.** Rendimento disponível mediano (PPC), Portugal e distribuição europeia, preços constantes de 2024. Fonte: Eurostat [ilc\_di03].

### 1.3 Despesa

A distribuição da despesa das famílias por grandes categorias de consumo permite perceber como se reorganiza o orçamento dos agregados e até que ponto as despesas essenciais comprimem a margem para outros consumos. Entre 1995 e 2022, a estrutura da despesa em Portugal alterou-se de forma significativa, embora o peso conjunto da alimentação, habitação/energia e transportes tenha permanecido relativamente estável, passando de 46,2% para 46,7% da despesa total, valor próximo da mediana europeia nos dois momentos (Tabela 5).

A principal mudança ocorreu na rubrica da habitação/energia (i.e., habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis), cujo peso subiu de 12,8% para 17,3%, igualando a alimentação como categoria mais importante da despesa das famílias. Em sentido contrário, o peso dos transportes desceu de 15,0% para 12,1%, enquanto a alimentação recuou ligeiramente, de 18,4% para 17,3%. A leitura do período sugere, assim, não tanto uma alteração do peso global das despesas essenciais, mas sobretudo uma recomposição interna do orçamento familiar, com maior pressão da habitação e da energia.

**Tabela 5** - Distribuição da despesa das famílias por grandes categorias de consumo

| Região                                  | Portugal | Portugal | var.(pp)    | Mediana UE-15 | Mediana UE-27 | var.(pp) |
|---|----------|----------|-------------|---------------|---------------|----------|
| Categoria/Ano                           | 1995     | 2022     |             | 1995          | 2022          |          |
| Alimentação                             | 18,4     | 17,3     | -1,1        | 14,5          | 14,0          | -0,5     |
| Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos | 3,6      | 3,1      | -0,5        | 4,3           | 4,5           | 0,2      |
| Vestuário e calçado                     | 7,0      | 5,2      | -1,8        | 6,4           | 4,4           | -2,0     |
| Habituação/energia                      | 12,8     | 17,3     | <b>4,5</b>  | 20,5          | 22,6          | 2,2      |
| Mobiliário/equipamento habitação        | 6,6      | 5,1      | -1,5        | 6,3           | 5,3           | -1,0     |
| Saúde                                   | 4,5      | 5,6      | 1,1         | 3,5           | 4,2           | 0,8      |
| Transportes                             | 15,0     | 12,1     | <b>-2,9</b> | 12,9          | 11,9          | -0,9     |
| Comunicações                            | 2,2      | 2,3      | 0,1         | 1,9           | 2,4           | 0,6      |
| Lazer e cultura                         | 7,6      | 5,0      | -2,6        | 9,0           | 8,4           | -0,5     |
| Educação                                | 1,4      | 1,5      | 0,1         | 0,7           | 0,9           | 0,2      |
| Restaurantes e hotéis                   | 10,6     | 15,1     | <b>4,5</b>  | 7,5           | 7,4           | -0,1     |
| Bens e serviços diversos                | 10,3     | 10,4     | 0,1         | 10,7          | 10,2          | -0,5     |

Nota: A comparação europeia usa a mediana da UE-15 em 1995 e da UE-27 em 2022. As variações representam diferenças em pontos percentuais na estrutura da despesa total das famílias.

Fonte: Eurostat, nama\_10\_co3\_p3; cálculos próprios.

Também os serviços de restauração e hotelaria reforçaram significativamente o seu peso, de 10,6% para 15,1%, ficando em 2022 muito acima da mediana da UE-27. Esta evolução é compatível com a crescente importância dos serviços no padrão de consumo das famílias, podendo refletir maior rendimento disponível, mas também mudanças nos estilos de vida, nos preços relativos e na organização do consumo. Em conjunto, estes dados sugerem que Portugal se aproximou da estrutura média europeia da despesa, mas fê-lo com uma composição interna mais pressionada pela habitação, o que ajuda a explicar a fragilidade material que reaparece de forma mais explícita na secção seguinte.

Em suma, numa leitura agregada da demografia, do rendimento e da estrutura da despesa nas últimas quatro décadas, Portugal aproximou-se da Europa em algumas dimensões centrais do nível de vida, nomeadamente no rendimento e em certos aspetos do padrão de consumo. Essa convergência não foi, porém, linear nem suficiente para eliminar fragilidades de base. O envelhecimento demográfico tornou-se mais intenso do que no conjunto europeu, enquanto a recomposição do orçamento das famílias, com maior peso de despesas essenciais, em particular da habitação e da energia, reduziu a margem material para outros consumos. Assim, embora Portugal entre nos próximos 40 anos com níveis de rendimento mais elevados e uma base material e social mais robusta do que no momento da adesão, fá-lo também com estrangimentos estruturais mais visíveis na demografia e na capacidade material das famílias.

## Parte II.

### Pressões setoriais que influenciam o futuro

Se a primeira parte mostrou até que ponto Portugal convergiu nas bases materiais do bem-estar, a segunda procura identificar onde se concentram hoje os principais bloqueios e capacidades estruturais do país em áreas particularmente afetadas pelas transições demográfica, urbana, tecnológica e ecológica. A questão central é saber se Portugal entra nos próximos 40 anos com emprego mais estável e uma base energética mais sustentável, ou se, pelo contrário, chega a este novo ciclo com fragilidade laboral, pressão habitacional crescente e uma transição energética marcada por desigualdades sociais. Para isso, a análise organiza-se em quatro blocos principais: trabalho, habitação, ambiente e energia.

#### 2.1 Trabalho

O peso dos contratos temporários é um indicador central da segmentação do mercado de trabalho e da qualidade da inserção laboral. Na série comparável disponível, Portugal permanece muito acima do padrão europeu. Apesar de a incidência do emprego temporário ter descido desde meados da década de 2010, o país continua claramente acima da mediana da UE-27, o que o mantém entre os casos mais desfavoráveis da distribuição europeia (Tabela 6, Gráfico 3). Em vez de convergir para padrões de maior estabilidade contratual, Portugal conserva uma estrutura laboral mais dualizada e mais precária do que a maioria dos seus parceiros europeus.

Esta fragilidade é particularmente visível entre os jovens. Em 2024, mais de metade dos trabalhadores entre os 15 e os 24 anos tinha contrato temporário, uma proporção muito superior à observada no conjunto do emprego. **Os dados do Observatório do Emprego Jovem mostram que esta precariedade juvenil tem características especialmente frágeis.**<sup>6</sup> Em Portugal, a contratação temporária dos jovens corresponde muito menos do que noutros países europeus a contratos

---

<sup>6</sup> Observatório de Emprego Jovem, <https://obsempregojovem.com/indicadores>.

de formação ou aprendizagem, funcionando mais como mecanismo de inserção precária do que como etapa de transição qualificada para o mercado de trabalho.

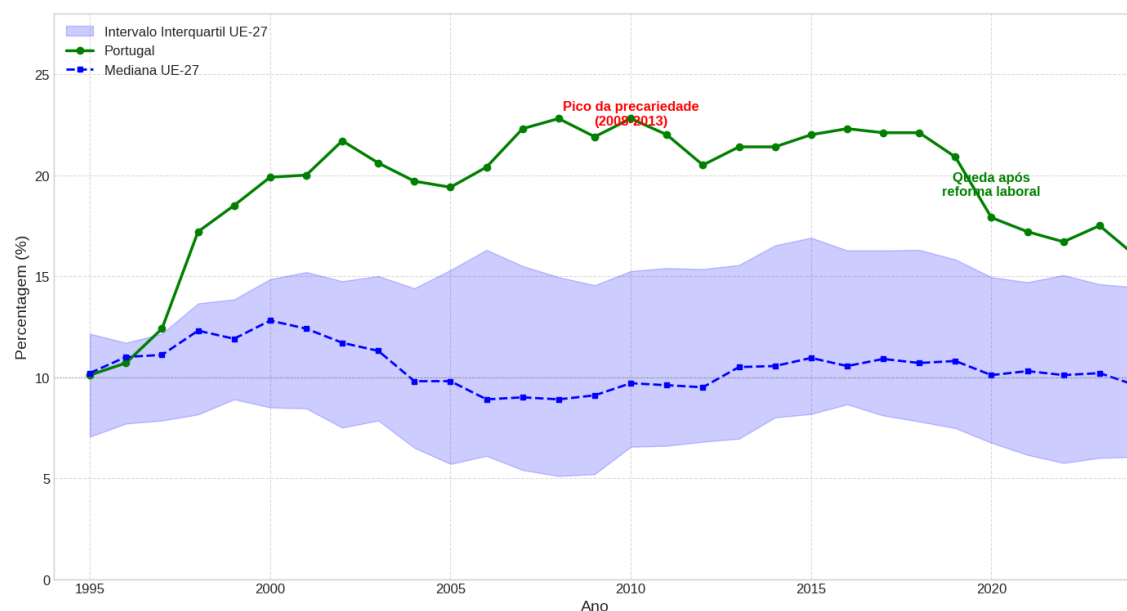
Os mesmos dados mostram ainda que esta estrutura contratual aumenta a exposição dos jovens ao desemprego e dificulta a sua integração em empregos qualificados, incluindo entre licenciados. O problema do emprego em Portugal não é, por isso, apenas quantitativo. É também um problema persistente **de qualidade do emprego**, visível na forma como uma parte importante da entrada no mercado de trabalho continua a assentar em vínculos frágeis, instáveis e com menor conteúdo formativo.

**Tabela 6.** Incidência dos contratos temporários no emprego total e entre os jovens

| Indicador  | 1985 | 2024 | Varição pp |
|--|------|------|------------|
| Peso dos contratos temporários                         | 14,4 | 16,0 | 1,6        |
| Peso dos contratos temporários nos jovens (15-24 anos) | 36,9 | 53,3 | 16,4       |

Nota: A tabela resume o valor do ano-base e o valor mais recente disponível.

Fonte: Eurostat, lfsa\_etpga; cálculos próprios.



**Gráfico 3.** Incidência dos contratos temporários no emprego total, Portugal e distribuição europeia, 1995-2024. Nota: O gráfico apresenta a série harmonizada disponível para a comparação europeia. Fonte: Eurostat [lfsa\_etpga].

## 2.2 Habitação

A taxa de sobrecarga dos custos da habitação, medida pela percentagem da população que gasta mais de 40% do rendimento disponível em habitação, aumentou em Portugal de 4,7% em 2004 para 6,9% em 2024 (Tabela 7). À primeira vista, trata-se de uma subida relativamente contida e próxima dos valores medianos europeus. Mas a leitura agregada esconde desigualdades muito marcadas, tanto sociais como territoriais.

A clivagem mais forte surge no rendimento. Entre a população com menores recursos, a percentagem em situação de sobrecarga atingia 25,9% em 2024, mais 9,2 pontos percentuais do que em 2004. A diferença é ainda mais expressiva quando se considera o regime de ocupação. Ainda de acordo com a mesma fonte, em 2024, cerca de 30% dos arrendatários encontravam-se em situação de sobrecarga, contra 3,8% dos proprietários com empréstimo e apenas 2% dos proprietários sem empréstimo. A pressão da habitação concentra-se, assim, de forma muito desigual, penalizando sobretudo os agregados com baixos rendimentos e dependentes do mercado de arrendamento.

Esta concentração das dificuldades no arrendamento privado não é nova, mas agravou-se num contexto de forte subida dos preços da habitação e de crescente dificuldade de acesso à propriedade (Gráfico 4). O problema é também territorialmente desigual. Segundo o Eurostat, a diferença entre áreas urbanas e rurais mais do que duplicou entre 2004 e 2024: nas cidades, a taxa de sobrecarga subiu de 4,8% para 8,2%, enquanto nas áreas rurais se situou em 3,9% no final do período. Na Área Metropolitana de Lisboa, em particular, os dados do **LxHabidata**<sup>7</sup>, com base no INE, mostram que as rendas praticamente duplicaram entre 2017 e 2023, e que o preço de compra duplicou entre 2016 e 2023. Mais do que um problema médio de despesa, a habitação surge assim como uma vulnerabilidade estrutural que atinge de forma desproporcionada os arrendatários, os grupos de menores rendimentos e os principais espaços urbanos.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> LxHabidata: <https://lxhabidata.iscte-iul.pt/>.

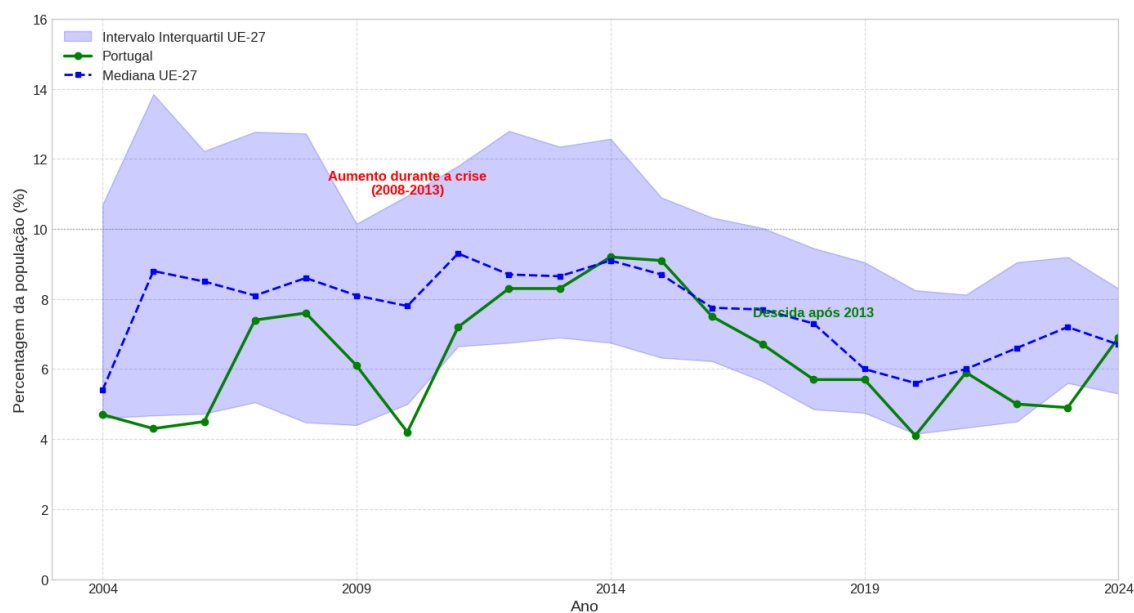
<sup>8</sup> LXHabidata (2026). Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares por categoria do alojamento familiar, [https://lxhabidata.iscte-iul.pt/pt/data/#INE\\_3/Cat\\_Mapas\\_C\\_V](https://lxhabidata.iscte-iul.pt/pt/data/#INE_3/Cat_Mapas_C_V) (último acesso 23/04/2026).

**Tabela 7.** Taxa de sobrecarga dos custos da habitação, total e baixos rendimentos

| Indicador  | 2004 | 2024 | Varição pp |
|--|------|------|------------|
| Taxa de Sobrecarga dos Custos da Habitação (>40% do rendimento)  | 4,7  | 6,9  | 2,2        |
| Taxa de Sobrecarga Habitação - Baixos Rendimentos (<60% mediana) | 16,7 | 25,9 | 9,2        |

Nota: A taxa de sobrecarga corresponde à percentagem da população que vive em agregados cujo custo total da habitação excede 40% do rendimento disponível. A categoria de baixos rendimentos refere-se à população com rendimento inferior a 60% da mediana do rendimento equivalente.

Fonte: Eurostat, ilc\_lvho07a; cálculos próprios.

**Gráfico 4.** Taxa de sobrecarga dos custos da habitação (>40% do rendimento), Portugal e distribuição europeia, 2004-2024. Fonte: Eurostat [ilc\_lvho07a].

## 2.3 Energia e Ambiente

No domínio da energia e do ambiente, importa perceber até que ponto Portugal tem avançado na transição para um sistema energético mais descarbonizado e em que medida esse progresso foi acompanhado por melhorias no acesso a condições energéticas básicas. A análise articula, por isso, dois indicadores complementares: a incorporação de energias renováveis no consumo final de energia, como medida da transição energética, e a pobreza energética, como expressão das fragilidades materiais que persistem no acesso a serviços energéticos essenciais.

O peso das energias renováveis no consumo final de energia é um indicador-chave do grau em que o sistema energético reduz a dependência de fontes fósseis e, por essa via, contribui para a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa. Em 1985, Portugal apresentava já uma quota elevada de renováveis quando comparado com Espanha e com a mediana do agregado europeu de referência, assente sobretudo no peso da hidroeletricidade e numa estrutura económica menos intensiva em energia do que a de várias economias europeias mais industrializadas (Tabela 8).

Nas últimas quatro décadas, a economia portuguesa cresceu, mas o país aumentou simultaneamente a incorporação de renováveis no consumo final de energia em cerca de 27 pontos percentuais, passando de 9,3% em 1985 para 36,3% em 2024. Entre o ano base e o final do período, Portugal reforçou a sua vantagem relativa face à mediana europeia, mantendo-se no quartil superior da distribuição (Gráfico 5). O aumento da quota de renováveis foi sustentado sobretudo pela base hídrica e energia eólica, com reforço mais recente da componente solar.<sup>9</sup> Um dos principais bloqueios continua, ainda assim, a estar nos transportes, setor em que o avanço das renováveis permanece insuficiente,<sup>10</sup> embora o cumprimento da meta nacional de 2030 dependa também do desempenho na eletricidade e no aquecimento e arrefecimento.

---

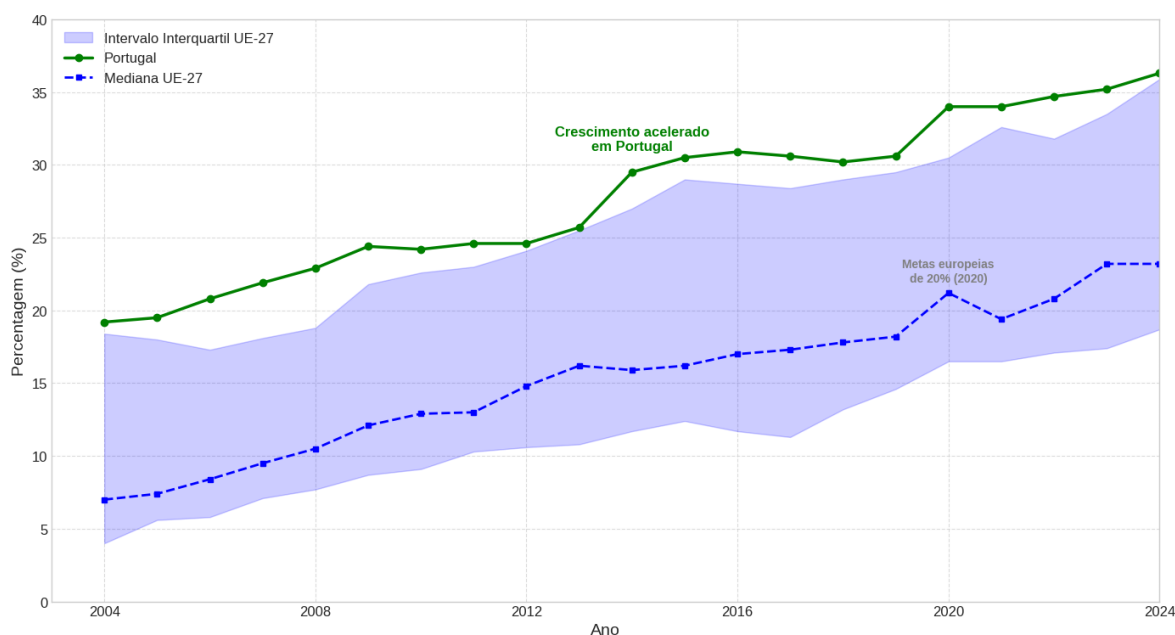
<sup>9</sup> DGE (2026). “Estatísticas rápidas das renováveis - fevereiro de 2026.” <https://www.dgeg.gov.pt/media/ge2hwoxe/dgeg-arr-2026-02.pdf> (último acesso 20/04/2026).

<sup>10</sup> Eurostat (2026). “Renewables cover 11% of the energy used for transport.” 21/01/2026, <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20260121-1> (último acesso 20/04/2026).

**Tabela 8.** Peso das energias renováveis no consumo final de energia em Portugal

| Indicador                              | 1985 | 2024 | Varição pp |
|--|------|------|------------|
| Energia Renovável no Consumo Final (%) | 9,3  | 36,3 | 27,0       |

Fonte: Eurostat, nrg\_ind\_ren; cálculos próprios.



**Gráfico 5.** Peso das energias renováveis no consumo final de energia, Portugal e distribuição europeia, 2004-2024. Nota: o gráfico começa em 2004 por disponibilidade da série. Fonte: Eurostat [nrg\_ind\_ren].

A pobreza energética é um fenómeno multidimensional que resulta da combinação de baixos rendimentos, elevada despesa com energia e fraca eficiência energética das habitações. No plano estatístico, o indicador mais utilizado é a percentagem da população que declara não conseguir manter o alojamento adequadamente aquecido, apurada no quadro das estatísticas europeias EU-SILC. Trata-se de um indicador direto da dificuldade em satisfazer uma necessidade básica, embora não identifique por si só as causas do problema, razão pela qual deve ser lido em articulação com outros sinais de vulnerabilidade material.

Segundo os dados do Eurostat (Tabela 9, Gráfico 6), a pobreza energética em Portugal desceu de 36,3% em 2004 para 15,6% em 2024, uma redução de 20,7 pontos

percentuais desde o início das séries harmonizadas. Trata-se de um progresso muito expressivo, apesar do agravamento registado durante a crise financeira e de o indicador continuar a abranger cerca de **uma em cada sete pessoas**. Ainda assim, Portugal permanece acima da mediana europeia, que se situou em 6% em 2024.

**Tabela 9.** Incapacidade de manter o alojamento adequadamente aquecido em Portugal, percentagem da população

| Indicador  | 2004 | 2024 | Varição pp |
|--|------|------|------------|
| Incapacidade de manter o alojamento adequadamente aquecido (% população) | 36,3 | 15,6 | -20,7      |

Nota: O indicador corresponde à percentagem da população que declara não conseguir manter o alojamento adequadamente aquecido, no quadro das estatísticas EU-SILC.

Fonte: Eurostat, ilc\_mdcs01; cálculos próprios.



**Gráfico 6.** Incapacidade de manter o alojamento adequadamente aquecido, Portugal e distribuição europeia, 2004-2024. Fonte: Eurostat [ilc\_mdcs01].

A **Estratégia Nacional de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética 2023-2050**, aprovada em 2024, fixa metas intermédias para 2030 em quatro frentes:

aquecimento adequado, arrefecimento no verão, qualidade material da habitação e esforço energético excessivo dos agregados.<sup>11</sup> Apesar da melhoria recente no indicador principal, as condições materiais da habitação continuam a revelar fragilidades importantes. Entre 2015 e 2025, a proporção da população a viver em alojamentos com infiltrações, humidade ou elementos apodrecidos aumentou de 28% para 32%; entre a população em risco de pobreza, essa percentagem subiu de 36% para 41%.<sup>12</sup> Isto mostra que a redução da pobreza energética não elimina, por si só, os problemas estruturais do parque habitacional, nem a persistência de vulnerabilidades materiais profundas entre os grupos de menores rendimentos.

---

<sup>11</sup> Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 11/2024, de 8 de janeiro. Ver também no Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE-PT), <https://onpe.pt/>.

<sup>12</sup> INE (2025), “15,4% em risco de pobreza em 2024, menos 1,2 pontos percentuais do que em 2023 – 2025”, 11/12/2025, [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUES-dest\\_boui=707495469&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUES-dest_boui=707495469&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt) (último acesso 28/04/2026).

## **Conclusão:**

### **Inverter a deterioração da posição relativa**

Esta análise procurou avaliar a evolução de Portugal no contexto da integração europeia nas últimas quatro décadas através de um conjunto de indicadores-chave de mudança socioeconómica, cobrindo a demografia, o rendimento, a estrutura da despesa, o emprego e algumas condições materiais de vida, em particular a habitação, a pobreza energética e a transição energética, medida pela incorporação de energias renováveis no consumo final de energia.

Ao longo das últimas quatro décadas, os progressos mais visíveis registaram-se no aumento do rendimento, na redução da pobreza energética e no reforço do peso das energias renováveis. Em contrapartida, a sociedade portuguesa envelheceu significativamente, em resultado da baixa natalidade e de longos períodos de saldo migratório negativo, aumentou a incidência de vínculos laborais temporários, sobretudo entre os jovens, e intensificou-se a pressão da habitação sobre o orçamento das famílias, com particular gravidade entre os agregados de menores recursos.

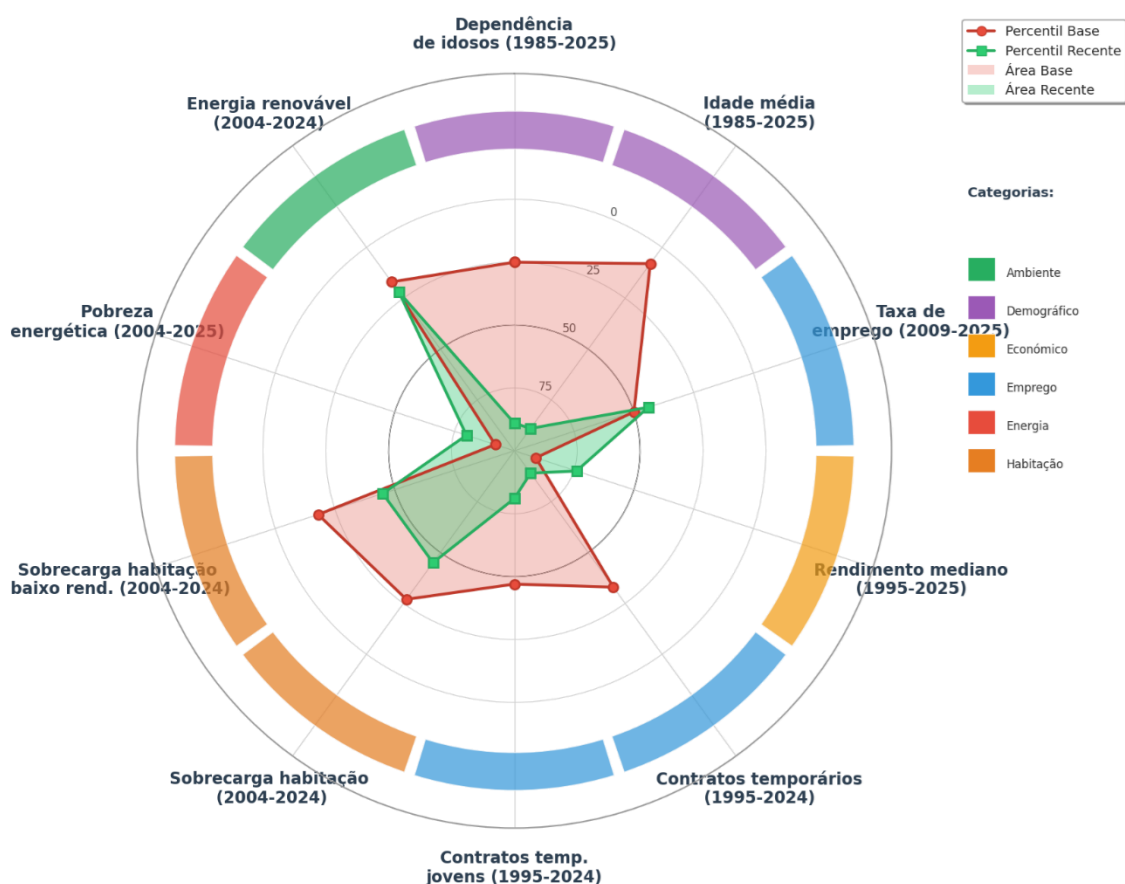
O Gráfico 7 compara a evolução dos indicadores entre o ano base e o ano mais recente através do percentil de Portugal no conjunto dos países europeus considerados em cada momento, permitindo avaliar a posição relativa do país ao longo do tempo. Esta leitura deve ter em conta a alteração do universo de comparação, da Europa comunitária de meados dos anos 80 para a UE-27 atual. Ainda assim, o padrão geral sugere uma deterioração da posição relativa de Portugal em vários indicadores, mesmo num contexto em que o alargamento a leste tenderia, à partida, a favorecer a posição comparativa do país em alguns domínios. Essa divergência é visível no gráfico: três indicadores, rácio de dependência dos idosos, idade mediana e peso dos contratos temporários, passam de posições relativamente favoráveis para posições claramente desfavoráveis face à mediana europeia.

Em suma, Portugal convergiu em algumas dimensões socioeconómicas, nomeadamente no rendimento e em certos indicadores materiais, mas divergiu ou fragilizou-se em áreas que afetam diretamente o bem-estar, em particular a qualidade do emprego, o peso da habitação e a estrutura demográfica. O principal desafio para o futuro não é apenas continuar a convergir em rendimento, mas evitar

que essa convergência coexista com uma deterioração relativa em dimensões centrais das condições de vida.

Estas tendências não atuam isoladamente. O envelhecimento demográfico pressiona a base produtiva e a sustentabilidade social, a fragilidade laboral reduz a capacidade de absorver choques e a pressão da habitação corrói uma parte importante dos ganhos de rendimento. Ao mesmo tempo, embora a transição energética represente uma oportunidade estrutural, o seu impacto sobre o bem-estar será limitado se não for acompanhada por melhorias na qualidade do emprego, nas condições de habitação e na capacidade material das famílias.

Num contexto marcado por transições demográficas, urbanas, tecnológicas e climáticas, a prioridade das políticas públicas deverá estar na correção destas vulnerabilidades estruturais, de modo a inverter a deterioração da posição relativa do país no contexto europeu. Mais do que prolongar tendências positivas já instaladas, será decisivo contrariar os fatores de divergência que hoje limitam a posição relativa de Portugal no quadro europeu.



**Gráfico 7.** Síntese da evolução da posição relativa de Portugal em indicadores selecionados. Nota: Eixo invertido, quanto maior a área, melhor o desempenho (menor percentil). Verde apenas (sem sobreposição) indica melhoria; vermelho apenas indica deterioração da posição relativa. Fonte: elaboração própria com base em Eurostat, demo\_pjanind, lfsi\_emp\_a, tepsr\_wc160, ilc\_di03, nama\_10\_co3\_p3, lfsa\_etpga, ilc\_lvho07a, nrg\_ind\_ren, ilc\_mdse01.

## Fontes e referências principais

Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) (2024). *Estratégia Nacional de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética 2023-2050 (ELPPE)*.

Eurostat (2026). Base de dados estatísticos da União Europeia. Séries utilizadas: demo\_pjanind, lfsi\_emp\_a, teprs\_wcl60, nama\_10\_co3\_p3, lfsa\_etpga, nrg\_ind\_ren. Consultado em abril 2026.

Eurostat (2026). *EU statistics on income and living conditions (EU-SILC)*. Séries utilizadas: ilc\_di03, ilc\_lvho07a, ilc\_mdse01. Consultado em abril 2026.

International Labour Organization (ILO) (2026). *Statistics on the population and labour force*. ILOSTAT database. Consultado em abril 2026.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2025/2026). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* e resultados nacionais sobre pobreza, desigualdade, privação material e social. INE – Destaques. Consultado em abril 2026.

LxHabidata (2026). Indicadores sobre rendas, preços de compra e acesso à habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Consultado em abril 2026.

Observatório do Emprego Jovem (2026). Indicadores sobre emprego jovem, precariedade e inserção laboral. Consultado em abril 2026.

Pordata / INE (2026). Séries históricas sobre demografia, migrações e rendimento das famílias. Consultado em abril 2026.

República Portuguesa (2024). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024, de 8 de janeiro. Aprova a Estratégia Nacional de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética 2023-2050*.

República Portuguesa (2020). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho. Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)*.

União Europeia (2023). *Diretiva (UE) 2023/1791 relativa à eficiência energética*.